



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2017

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA: 27/11/2017

HORÁRIO: 11:30 HORAS

LOCAL: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para fixação das placas de revestimento em mármore das paredes do 22º ao 24º andar do Edifício Sede deste Tribunal, com substituição das placas trincadas.

Vistoria: A vistoria é **facultativa** e poderá ser feita mediante **agendamento** com a Coordenadoria de Infraestrutura Predial do Tribunal, por email infraestrutura@trtsp.jus.br.

EDITAL

- 1 - DO OBJETO
- 2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
- 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
- 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 8 - DA HABILITAÇÃO
- 9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 10 - DOS RECURSOS
- 11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
- 12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 13 - DO CONTRATO
- 14 - DO PAGAMENTO
- 15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 17 - DO FORO

ANEXOS: A - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

B - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

C - MINUTA DE CONTRATO

D - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

E - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ, DE 09/08/2012

F - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005

ESCLARECIMENTOS: em até 3 dias úteis anteriores à abertura, pelo e-mail licita@trtsp.jus.br



O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, que será regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002, pelo Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e condições estabelecidas no presente **EDITAL** e em seus Anexos, de acordo com o que consta do Processo **PROAD nº 17.681/2017 e Pregão Eletrônico n.º 102/2017**.

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO é a **contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para fixação das placas de revestimento em mármore das paredes do 22º ao 24º andar do Edifício Sede deste Tribunal, com substituição das placas trincadas**, localizado na Rua da Consolação, nº 1272, São Paulo/SP, CEP 01302-906, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

1.1.1 - A referência da marca/modelo disposto no Anexo A - Especificação do Objeto - não restringe o produto a ser ofertado, sendo aceitas quaisquer marcas/modelos que contenham as características mínimas exigidas no certame. Caso as indicadas não estejam entre as citadas como referência no respectivo item, a Contratada deverá comprovar a qualidade por meio da apresentação de amostras e catálogos, antes de dar início aos serviços. Caso o item não seja aprovado, a Contratada deverá providenciar a troca para uma das marcas indicadas ou outra que possa ser comprovada a mesma qualidade, novamente por meio de amostras e catálogos.

1.2 - O prazo de início dos serviços é de 20 (vinte) dias contados da data da reunião inicial com a empresa contratada, que se dará em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato. Após o início das obras, o prazo total para a **conclusão** será de **3 (três) meses**.

1.3 - A garantia oferecida (materiais e serviços) será de, no mínimo, **5 (cinco) anos**, contados da data do recebimento definitivo. A garantia deverá ser prestada em caso de necessidade de reparos/substituições durante este período.

1.4 - Os licitantes estarão sujeitos às penalidades do Título 12 pelo descumprimento de exigências editalícias, inclusive na fase de aceitação das propostas.

1.5 - Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no site Compras Governamentais e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como as empresas que não possuem condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e que não tenham sido consideradas inidôneas e suspensas, sendo verificado eventual descumprimento das vedações, em nome da sociedade empresarial licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:



2.1.1 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.1.2 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

2.1.3 – Cadastro das Empresas Inidôneas e Inabilitadas, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no endereço eletrônico portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas.

2.2 - A participação das empresas nesta licitação corresponderá, automaticamente, à indicação de que não existem fatos impeditivos para sua habilitação e à ciência da obrigatoriedade de declarar, a qualquer tempo, quaisquer ocorrências supervenientes que as inabilitem.

2.3 - Caso o faturamento ultrapasse o máximo permitido como condição para utilização das prerrogativas dispostas na Lei Complementar nº 123/06, conforme subitens 16.11.1, o licitante será desclassificado e estará sujeito às penalidades dispostas no Título Das Sanções Administrativas.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados, junto ao órgão provedor do sistema eletrônico – **Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet**, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no *site* <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0800-9782329 – **COMPRASNET**.

3.3 - O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.4 - Para cadastrar-se no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o interessado deverá preencher os formulários previstos na Instrução Normativa IN MARE nº 05/95 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações, e entregá-los, juntamente aos documentos solicitados, em uma das Unidades Cadastradoras – UASG.

3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§ 6º do art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º do art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.6.1 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



4.1 - Os licitantes credenciados deverão inserir suas propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – COMPRASNET, na tela reservada para este fim, denominada CADASTRAMENTO DE PROPOSTA, até a data e o horário limite definidos para abertura das propostas de preços.

4.2 - Como requisito para a participação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento das condições contidas no Edital e em seus Anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

4.3 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e sua proposta, conforme estabelece o inciso III do art. 13 do Decreto nº 5.450/2005.

4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme estabelece o inciso IV do art. 13 do Decreto nº 5.450/2005.

4.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas, conforme disposto no parágrafo terceiro do art. 21 do Decreto nº 5.450/2005.

4.6 - Nos valores propostos deverão estar todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte ou terceiros, seguros, quaisquer taxas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital, bem como quaisquer vantagens ou lucro a ser obtido pela empresa.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - A partir das **11h30min** do dia **27/11/2017** terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 102/2017**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas de acordo com o Decreto n.º 5.450/2005.

6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - Só serão aceitos os lances em reais cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido ofertado pelo mesmo licitante e registrado pelo sistema.

6.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.5.1 - O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, na forma do estabelecido no art. 24, § 11, do Decreto n.º 5.450/05.

6.6 - A sessão do Pregão terá início após a análise das propostas e da confirmação de abertura, no sistema eletrônico, pelo(a) Pregoeiro(a). A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 - O critério para o julgamento das propostas será o de **menor preço global**.

7.1.1 - Não obstante o julgamento do procedimento seja pelo menor preço global, serão analisados os **preços unitários** individuais (arredondados em duas casas decimais), os quais **não poderão ultrapassar os dispostos** no Anexo B – Planilha de Custos.

7.1.2 - Os preços unitários deverão ser **abertos em material e mão de obra**, com arredondamento em duas casas decimais.

7.1.3 - Ao preencher as planilhas do BDI e dos Encargos Sociais e Trabalhistas o licitante deverá considerar os percentuais por ele efetivamente pagos a título de tributos [Contribuição Previdenciária Patronal - INSS, PIS, COFINS, ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")], atendendo-se ao disposto na legislação referente à desoneração da folha de pagamento (Plano Brasil Maior) - Lei 12.546 de 14 de dezembro de 2013; Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012 e Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013 e demais atos normativos posteriores.

7.2 - Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do lance de MENOR PREÇO GLOBAL, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.3 - O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.4 - O licitante melhor colocado deverá enviar, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos” –, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sua proposta com o valor final praticado na sessão de lances em conformidade com o Anexo D do Edital, **assinada pelo representante da empresa**, contadas da solicitação feita pelo(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de desclassificação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste Edital.

7.4.1 - Juntamente à proposta, deverão ser anexadas:

7.4.1.1 - **Declaração** de Cumprimento à Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça, de 09/08/2012 (Anexo E), tendo em vista o disposto no item 16.13.



7.4.1.2 - **Declaração**, na forma do Anexo F, de cumprimento à Resolução nº 7 do CNJ, de 18/10/2005.

7.4.1.3 - **Composições unitárias dos custos** de todos os itens das planilhas dispostas no Anexo B; contendo as **marcas e modelos** e todos os materiais nela destacados, que serão empregados nos serviços a serem executados. Não será admitida a indicação de mais de uma marca ou um modelo para cada item;

7.4.1.4 - Composição da taxa de **BDI**, (conforme Anexo A.III);

7.4.1.5 - Composição dos **encargos sociais**, (conforme Anexo A.IV);

7.4.2 - Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "convocar anexo" do Comprasnet, a critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico licita@trtsp.jus.br.

7.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.5.1 - Neste caso, a empresa de melhor lance deverá anexar **em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do pedido do(a) Pregoeiro(a)** a proposta de acordo com o item 7.4 e toda a documentação disposta em seus subitens.

7.6 - Nas situações previstas nos itens 7.2 e 7.5, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o licitante, para que seja obtido preço melhor.

7.6.1 - A pedido do(a) Pregoeiro(a), o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

7.7 - Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste Pregão Eletrônico, bem como aquelas que se manifestarem inexecutáveis, nos termos do art. 48 da Lei n.º 8.666/93.

7.8 - Durante o período de análise das propostas só serão permitidos questionamentos pelo *e-mail* licita@trtsp.jus.br.

7.9 - O prazo de **validade da proposta** será de **60 (sessenta) dias** contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Após a aceitação de sua proposta, o licitante deverá enviar sua documentação de habilitação, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, no prazo de **2 (duas) horas**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de inabilitação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste Edital. Será habilitada a empresa que:

8.1.1 - Possuir declaração de situação emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF constando **NÍVEIS VALIDADOS I, II, III, IV, VI e seus respectivos DOCUMENTOS COM PRAZOS VIGENTES**.



8.1.1.1 - O(A) Pregoeiro(a) realizará consulta *online* nos sítios eletrônicos correspondentes quando verificado que os níveis I, II, III ou IV encontram-se vencidos no SICAF, a fim de validá-lo. Caso a validação eletrônica não seja possível, o licitante deverá encaminhar o documento original ou cópia autenticada no prazo previsto no subitem 8.3 deste edital.

8.1.2 - Não constar do **Banco Nacional de Devedores Trabalhistas**, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.1.3 - Firmar declaração de **cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** em campo próprio do sistema eletrônico, em que declare, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.1.4 - Apresentar **certidão de registro de pessoa jurídica** no **CREA** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, constando:

8.1.4.1 - Como responsável técnico, profissional legalmente habilitado, de acordo com o CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

8.1.4.2 - **Ramo de atuação** da empresa compatível com o objeto deste edital.

8.1.5 - Apresentar **Atestado(s) de Capacitação Técnica**, fornecido(s) por órgão da Administração Pública ou entidade privada, e as correspondentes certidões de acervo técnico emitidas pelo CREA ou CAU, em que se comprove:

- a execução de revestimento em pedra com área mínima de 250 metros quadrados, em uma única obra;
- montagem de andaimes tubulares ou fachadeiros com, no mínimo, 8 metros de altura.

8.1.5.1 - Caso o atestado conte com o item a ser comprovado, entretanto sua descrição não seja específica o suficiente, é facultado à licitante apresentar, por ocasião da habilitação, documentação complementar para comprovar a experiência.

8.1.5.2 - O(s) atestado(s) deverá(ão) estar em nome de responsável técnico pela licitante ou de profissional habilitado que com ela comprove vínculo, sendo que o detentor do atestado será o responsável técnico pela obra licitada. Caso o detentor do atestado não faça parte do quadro de funcionários da licitante, a última deverá apresentar **declaração formal**, assinada pelo profissional, para comprovar a sua disponibilidade para a execução dos serviços objeto desta licitação.

8.1.6 - Apresentar **Declaração** de que, na data da assinatura do contrato, apresentará indicação de profissional habilitado em **Engenharia de Segurança do Trabalho**, do quadro de funcionários ou contratado, registrado no CREA.

8.1.7 - Apresentar **Declaração** de que tem ciência da necessidade de apresentação dos **projetos executivos** na forma e prazo descritos no Anexo A – Especificação do objeto e cronograma.



8.1.8 - Apresentar **Declaração de Conhecimento** para a perfeita execução do objeto, (na forma do Anexo A.I). Além do envio da declaração citada, caso o licitante julgar necessário, poderá ser realizada a vistoria abaixo disciplinada:

8.1.8.1 - As empresas interessadas poderão marcar, junto à Coordenadoria de Infraestrutura Predial por e-mail (infraestrutura@trtsp.jus.br), constando data e horário (em dias úteis entre 9h e 18h) da visita com nome e RG dos vistoriantes;

8.1.8.2 - A solicitação via e-mail deverá ser enviada com 2 (dois) dias úteis de antecedência, possibilitando assim as providências necessárias para sua realização;

8.1.8.3 - A vistoria é **facultativa**, poderá ser realizada em dias úteis entre 9:00 horas e 18:00 horas.

8.1.9 - Apresentar, para fins de habilitação no certame, a seguinte documentação relativa à **qualificação econômico-financeira**:

8.1.9.1 – Demonstrações contábeis do exercício social anterior ao de realização da licitação, o atendimento aos seguintes índices:

8.1.9.1.1 - Índice de Liquidez Geral = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) \geq 1,0$

8.1.9.1.2 - Índice de Liquidez Corrente = $\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante} \geq 1,0$

8.1.9.1.3 - Índice de Solvência Geral = $\text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) \geq 1,0$.

8.2 - Quanto ao cumprimento aos dispostos nos subitens 8.1.1 a 8.1.3, a habilitação do licitante vencedor será verificada *online*.

8.3 - Qualquer documentação emitida por terceiros **deverá ser encaminhada imediatamente após solicitação do(a) Pregoeiro(a)** via sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, com encaminhamento do original ou da cópia autenticada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para o endereço abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
"PREGÃO ELETRÔNICO N.º 102/2017" - DOCUMENTAÇÃO
AVENIDA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, N.º 121 - BLOCO A - 7º ANDAR
BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP: 01139-001

8.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste Edital e em seus Anexos.

8.5 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor.

8.6 - Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no inciso XII do art. 30 do Decreto n.º 5.450/2005.

8.7 - O licitante deverá manter a situação apresentada, quando de sua habilitação, até o término da contratação, sujeitando-se às sanções correspondentes.



9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório de Pregão, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

9.2 - Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Seção responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - É admissível a manifestação de intenção de interposição de recurso contra alguma decisão do(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, realizada **exclusivamente** no âmbito do sistema eletrônico, devendo o licitante registrar os motivos de sua manifestação no campo denominado REGISTRAR RECURSO.

10.1.1 - Não será aceita intenção de recurso ou manifestação de recurso fora do sistema Comprasnet.

10.2 - Após o encerramento da sessão pública, será concedido ao licitante que manifestou a intenção de interpor recurso o prazo de 3 (três) dias para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

10.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Compras e Licitações, Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, Telefone (11) 3150-2000 ramal 2804.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso (inciso IX do art. 11 do Decreto n.º 5.450/05).

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) Pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente (inciso V do art. 8º e art. 27 do Decreto n.º 5.450/05).

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, os licitantes estarão sujeitos à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF por até 5 (cinco) anos, quando:



12.1.1 - Na fase de aceitação das propostas, após convocação, deixarem de enviar a proposta, quaisquer documentos comprobatórios das exigências editalícias;

12.1.2 - Comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude;

12.1.3 - Não apresentarem quaisquer documentos imprescindíveis à assinatura do contrato ou não assinarem o contrato.

12.2 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas nos termos da Minuta de Contrato anexa ao presente Edital.

12.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e das demais cominações legais.

13 - DO CONTRATO

13.1 - Após a homologação da licitação, o licitante será convocado por escrito para, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, entregar o(s) documento(s) (original ou cópia autenticada) abaixo descritos:

13.1.1 - **Indicação de profissional** habilitado em Engenharia de **Segurança do Trabalho**, do quadro de funcionários ou contratado, registrado no CREA;

13.1.2 - **Cronograma físico financeiro** de execução dos serviços, conforme cronograma no layout pré-determinado (Anexo A.VI).

13.1.3 - A não apresentação de qualquer dos documentos acima elencados, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no art. 64 da Lei 8.666/93.

13.2 - Após a entrega dos documentos acima dispostos, o licitante será convocado por escrito para, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, retirar e devolver o instrumento contratual devidamente assinado por representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, na forma da minuta apresentada anexa a este edital, adaptada à proposta vencedora.

13.2.1 - A pessoa autorizada pelo adjudicatário a proceder à assinatura do contrato deverá obrigatoriamente apresentar, no ato, cópia do Contrato Social. Caso o representante não seja sócio administrador ou proprietário, deverá apresentar, também, a procuração outorgada pela empresa.

13.2.2 - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

13.2.3 - Deverá ser apresentada Declaração assinada pelo responsável da empresa, que irá representá-la durante a execução contratual, pelo **preposto** e seu **substituto**, com firmas reconhecidas e seus respectivos contatos (telefone, e-mail, endereço), conforme Anexo A.V.

13.2.4 - No ato de assinatura do contrato, deverá ser entregue o Termo de Garantia de Fornecedor assinado com firma reconhecida pelo representante legal, conforme Anexo A.II.

13.3 - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência.



13.4 - Incumbirá ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

13.5 - Será exigido do licitante vencedor, a título de perfeita execução do Contrato, a apresentação, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação para retirada do contrato assinado pelas partes, do comprovante de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado em uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93 (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária).

14 - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado nos termos da minuta de contrato anexa ao presente edital.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 13.414, de 10/01/2017, publicada no D.O.U. em 11/01/2017, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035, natureza de despesa 3.3.9.0.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA e, nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - As empresas participantes deverão manter atualizados seu endereço, *e-mail* e número telefônico junto ao SICAF, a partir da data definida para sessão de abertura das propostas de preços. A impossibilidade de contato sujeitará a empresa às penalidades constantes no Título 12.

16.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.3 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

16.4 - Toda comunicação oficial ocorrerá, preferencialmente por *e-mail* ou por publicação, nos termos da legislação.

16.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao procedimento licitatório deverão ser enviados em **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

16.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da adjudicação.

16.7 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo, desde a realização da sessão pública.



16.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

16.9 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.10 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

16.11 - Aplicar-se-ão durante a realização do certame, até a identificação do licitante vencedor, as disposições contidas nos artigos 42 a 45 e 3º a 5º, respectivamente, da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto n.º 6.204/07.

16.11.1 - Caso o **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br> se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data em que a proposta for anexada no Comprasnet, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

16.12 - A empresa deverá atentar para a Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações.

16.13 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição deste contratante para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156 do Conselho Nacional de Justiça, publicada no DJ-e em 09/08/2012.

16.14 - Havendo discrepância entre disposições do Edital e de seus Anexos, quanto à disciplina de situações idênticas, prevalecerão as do Edital. Caso a discrepância ocorra entre os anexos, prevalecerá o que dispõe o Contrato.

17 - DO FORO

17.1 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, 10 de novembro de 2017.

Aquiles José Malvezzi

Diretor da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações



ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

REF. Fixação e reposição de placas trincadas dos revestimentos internos em mármore dos andares 22 a 24 do Ed. Sede.

1. OBJETIVO

- 1.1. Esta especificação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para fixação e substituição das placas trincadas dos revestimentos em mármore das paredes dos andares 22 a 24 do Ed. Sede, localizado na Rua da Consolação, nº 1272, São Paulo/SP, CEP 01302-906, de acordo com projetos e especificações a seguir descritas.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1. Indicar, para a assinatura do contrato, os profissionais habilitados, autores dos atestados de capacidade técnica que habilitaram a contratada na licitação, que atuarão como responsáveis técnicos pela obra;
- 2.2. Indicar, para a assinatura do contrato, profissional habilitado, com as qualificações que a obra requer, que atuará como preposto direto da contratada para o contato permanente com a fiscalização;
- 2.3. Solicitar à Coordenadoria de Infraestrutura Predial o agendamento de reunião inicial, antes do prazo estipulado para início dos serviços. Deverão comparecer à reunião o preposto e os responsáveis técnicos indicados em contrato, munidos de cópia do contrato, Especificações dos Serviços, planilha apresentada na licitação, projetos e cronograma impressos;
- 2.4. Assumir as responsabilidades sobre quaisquer licenças e documentações exigidas pelos órgãos oficiais, bem como sobre as custas decorrentes e a responsabilidade técnica perante os órgãos oficiais e este Tribunal;
- 2.5. Providenciar, a partir do primeiro dia de serviço, nos termos da Resolução CONFEA nº 1024 de 21 de agosto de 2009, o Livro de Ordem (modelo CREA/SP), a cargo do responsável técnico, contendo o registro de todas as ocorrências relevantes da obra, as anotações diárias dos serviços executados e possíveis problemas, dúvidas ou alterações ocorridas. O Livro tem por objetivo, entre outros, confirmar juntamente com a ART a efetiva participação do profissional na execução dos trabalhos. O Livro deverá ser mantido permanentemente no local da atividade durante o tempo de duração dos trabalhos;
- 2.6. Prover a permanência do preposto e do responsável técnico no canteiro, para realizar os trabalhos de acompanhamento, fiscalização, planejamento e controle. Os profissionais deverão representar a empresa e executar os serviços contratados, bem como se responsabilizar pelo cumprimento



- de todos os itens da Especificação do Objeto, especificações de projetos e normas técnicas pertinentes;
- 2.7. Prover, de maneira exclusiva e permanente, a presença de um mestre-de-obras no canteiro, que será o condutor e responsável direto pelo andamento dos trabalhos. Nas ausências do profissional habilitado responsável, funcionará como preposto da contratada perante a fiscalização;
 - 2.8. Verificar as medidas, quantidades e dificuldades para a execução dos serviços no local, antes do início da obra, a fim de garantir seu andamento adequado;
 - 2.9. Submeter todas e quaisquer dúvidas, modificações ou adaptações à apreciação e aprovação da Coordenadoria de Infraestrutura Predial deste Tribunal. Na ocorrência de comprovada impossibilidade de aquisição de materiais indicados na licitação, deverá ser formalmente solicitada a substituição, a juízo da Coordenadoria de Infraestrutura Predial;
 - 2.10. Realizar os serviços por áreas ou etapas, conforme indicado pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial, ficando os mesmos totalmente desimpedidos para uso pleno por servidores e usuários;
 - 2.11. Solicitar autorização deste Tribunal quanto à utilização de espaços, equipamentos do prédio e horários de execução dos serviços, com a devida antecedência para os procedimentos internos necessários, informando inclusive dados da equipe de trabalho e veículos;
 - 2.12. Executar os serviços que prejudiquem os trabalhos dos servidores, tais como aqueles que gerem poeira, odor ou ruídos excessivos, fora do horário de expediente, ou seja, das 20hs às 9hs e aos finais de semana, exceto em casos a serem estudados pela Administração deste Tribunal. Manter os locais limpos e desimpedidos, em condições de utilização para funcionamento dos demais serviços;
 - 2.13. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivos (EPC's) necessários a todos os operários da obra, de acordo com as normas técnicas aplicáveis, incluindo o fornecimento de uniformes adequados e padronizados. Fica sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das normas e qualquer acidente ou dano que venha ocorrer durante a execução da obra;
 - 2.14. Fornecer todos os equipamentos necessários e adequados à finalidade específica do serviço, de acordo com as normas técnicas;
 - 2.15. Providenciar todas as ferramentas manuais indispensáveis à realização dos serviços, de acordo com as necessidades e as especificidades de cada serviço;
 - 2.16. Suspender, por determinação da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança das pessoas (usuários, funcionários ou transeuntes), equipamentos, patrimônio deste Tribunal e vizinhanças;
 - 2.17. Tomar as devidas precauções para que não sejam danificadas instalações de ar condicionado, água fria, esgoto, elétrica e demais instalações que não estejam no escopo da obra e evitar danos ou respingos nas superfícies não destinadas ao escopo desta obra (vidros, ferragens de esquadrias, etc);



- 2.18. Executar, sem ônus para o Tribunal, todos os reparos, substituições ou limpeza em elementos que sejam danificados ou afetados durante a execução dos serviços, bem como todos os arremates e reparos que julgar necessários e os devidamente solicitados pela fiscalização, a fim de assegurar a entrega da edificação em perfeito estado;
- 2.19. Executar os serviços e empregar os materiais rigorosamente em conformidade com as normas técnicas. Quaisquer materiais utilizados ou serviços executados que não estejam de acordo com a especificação e respectivas normas deverão ser imediatamente substituídos ou reexecutados, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal;
- 2.20. Retirar, diariamente, todo e qualquer material restante, tais como entulhos, detritos etc., bem como os determinados pela fiscalização. Os resíduos deverão ser devidamente ensacados, sem qualquer ônus para o Tribunal, e removidos para fora do prédio, de acordo com as exigências da municipalidade. Deverá ser estudado local para colocação de caçambas, em conjunto com os técnicos deste Tribunal;
- 2.21. Apresentar Controle de Transporte de Resíduos – CTR, após a retirada de cada caçamba, de acordo com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, comprovando o cumprimento das diretrizes técnicas e dos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, em observância à Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, que exige a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil;
- 2.22. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes às atividades, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, seguros contra acidentes e indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus empregados, durante ou em decorrência da execução dos serviços;
- 2.23. Responsabilizar-se pelo fornecimento de alimentação ao pessoal de obra, na forma que dispuser a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (SINTRACON-SP) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SindusCon-SP);
- 2.24. Observar o Capítulo II da Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a Resolução nº 103, de 25/05/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras e serviços de engenharia.

3. ETAPAS DE EXECUÇÃO

- 3.1. A obra deverá ser executada em etapas, conforme cronograma, a fim de respeitar o planejamento de execução de obras e desembolsos propostos, viabilizando o acesso de pessoas, veículos e materiais ao edifício durante a execução dos serviços, evitando paralisações desnecessárias no expediente, garantindo a continuidade das atividades deste Tribunal;



Nota: Antes do início da obra (da assinatura do contrato), deverá ser apresentado o cronograma dos serviços para análise e aprovação pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial.

4. SEGURANÇA DO TRABALHO E SISTEMAS DE PROTEÇÃO

- 4.1. A Contratada deverá entregar à fiscalização do contrato, antes do início da obra, cópia de seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promover e preservar a saúde de seus trabalhadores;
- 4.2. A Contratada deverá entregar à fiscalização do contrato, antes do início da obra, cópia de seu Plano de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), contemplando os aspectos da NR-18 e demais dispositivos complementares de segurança, com indicação e especificação de todas as medidas de segurança aos empregados e a terceiros a serem adotadas durante todo o período de duração da obra, de acordo com a legislação específica do Ministério do Trabalho;.

Notas:

1. O PPRA deverá ser detalhado e específico para a execução dos serviços previstos nesta Especificação, com indicação de todos os itens de segurança a serem utilizados, tais como: andaimes, telas de poliéster, redes de proteção, tapumes, materiais de isolamento, etc, inclusive sistemas de fixação.
 2. O PPRA deverá garantir total segurança aos funcionários da contratada, servidores, usuários, mobiliário e equipamentos existentes no prédio e suas coberturas, bem como prédios vizinhos, público e veículos em trânsito nas ruas e avenidas.
 3. As proteções deverão prever, além de outros itens de segurança, o isolamento total das áreas a serem trabalhadas, de acordo com as etapas estabelecidas pela Coordenadoria de Infraestrutura Predial, de modo a impedir que poeira e detritos da obra se alastrem pelos andares e áreas ocupadas.
 4. O PPRA e o PCMSO deverão ser mantidos na obra, à disposição da FISCALIZAÇÃO e do órgão regional do Ministério do Trabalho.
- 4.3. Elaboração de projeto com todos os detalhamentos necessários para a instalação dos andaimes tubulares e andaimes fachadeiros, em conformidade com as Normas Regulamentadoras nº 18 e 35 do Ministério do Trabalho;

Notas:

1. O projeto de segurança deverá observar as diretrizes estabelecidas no PPRA.
2. O projeto de segurança deverá detalhar todos os itens de segurança a serem utilizados, conforme previsto no PPRA, inclusive a execução dos sistemas de fixação necessários.
3. Com relação aos andaimes, tubulares e fachadeiros, o projeto deverá indicar os pontos de fixação, estrutura de suporte, piso, guarda-corpo, diagonais de travessamento e demais detalhes.
4. Antes do início da obra, o projeto de segurança deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Infraestrutura Predial para análise e aprovação, bem como os arquivos digitais em formato dwg correspondentes.



- 4.4. Recolhimento de ART por profissional habilitado em Engenharia de Segurança do Trabalho referente ao Plano de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- 4.5. Fornecimento e instalação de andaimes fachadeiros, incluindo locação mensal, montagens, deslocamentos, desmontagens, retirada e documentação necessária - ART do projeto de instalação dos andaimes fachadeiros e tubulares, além dos documentos relacionados às normas de segurança do Ministério do Trabalho, para trabalho em altura vertical de 12m, e largura de 1m.

Notas:

- 1. As montagens e deslocamentos deverão ser efetuados sob a supervisão e responsabilidade de profissional habilitado, e deverão conter escadas metálicas de acesso, piso no nível de trabalho e respectivos guarda-corpos;*
 - 2. As esquadrias e vidros da fachada deverão ser protegidos contra eventuais choques e danos provocados pelos serviços nos andaimes.*
 - 3. Como se trata de serviço em altura, deverão ser atendidas as exigências das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial NR-18 e NR-35, com as devidas ancoragens para prevenção de tombamento.*
 - 4. As áreas de fachada só serão liberadas para os serviços após a instalação de todos os sistemas de proteção.*
- 4.6. Fornecimento e instalação de andaimes tubulares, incluindo locação mensal, montagens, deslocamentos, desmontagens, retirada e documentação necessária - ART do projeto de instalação dos andaimes fachadeiros e tubulares, além dos documentos relacionados às normas de segurança do Ministério do Trabalho, para trabalho em altura vertical de 12m, e largura de 1m.
 - 4.7. Fornecimento e instalação de proteção aos pisos de granito com chapas de MDF/ lonas plásticas;
 - 4.8. Fornecimento e instalação de tela de proteção de fachada em polipropileno (malha de 2mm) em toda a extensão de altura e largura dos andaimes montados, incluindo material e mão de obra de montagens e desmontagens, com as devidas fixações. A rede deverá ser instalada conforme dispuser as normas técnicas pertinentes.

5. CANTEIRO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

- 5.1. Administração local, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro, refeições e sanitários, caso indicados no projeto de segurança do trabalho;
- 5.2. Fornecimento e instalação de placa de obra, em local visível, no padrão definido pela Prefeitura local, com todas as informações exigidas.

6. DOCUMENTAÇÃO

- 6.1. Elaboração de relatórios fotográficos, com o acompanhamento obrigatório da fiscalização, com a situação das paredes de mármore que foram parafusadas, ao final da execução/entrega de cada etapa do contrato, em duas vias, assinados pelas partes;



- 6.2. Elaboração de toda a documentação exigida pela Prefeitura local para a execução de obra em altura, inclusive apresentação e comunicação ao órgão competente, com entrega do respectivo protocolo a esta Coordenadoria;

Notas:

1. *Deverão ser elaborados todos os desenhos e demais documentos exigidos pelos órgãos municipais e concessionárias.*
2. *Deverão ser recolhidas todas as taxas, emolumentos e demais despesas necessárias à obtenção da documentação.*
3. *Deverão ser encaminhados, à Coordenadoria de Infraestrutura Predial, os documentos e desenhos originais aprovados, entregues pela municipalidade, bem como os arquivos digitais em formato dwg correspondentes.*

- 6.3. Recolhimento das anotações de responsabilidade técnica dos profissionais responsáveis - Engenheiro Civil e Engenheiro de Segurança do Trabalho –, referentes à execução e acompanhamento dos serviços. É importante ressaltar que as ARTs deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;

6.4. Apresentar à Coordenadoria de Infraestrutura Predial para início da obra:

- Protocolo de comunicação;
- Livro de Ordem com a capa devidamente preenchida;
- Plano de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- ART do profissional responsável técnico pelo projeto de segurança do trabalho e planos complementares;
- Toda a documentação referente ao cumprimento da NR 35.
- Declarações assinadas por cada integrante da equipe comprovando que todos receberam treinamento e conjunto de EPI's e que têm ciência da obrigatoriedade de sua utilização, conforme determinações das NR's nº 6 e 18 do Ministério do Trabalho e Emprego;

Nota: *Sem a apresentação dos documentos acima, não será autorizado o início da obra, sem interrupção da contagem do prazo contratual, exceto em casos excepcionais a serem estudados pela Administração deste Tribunal.*

6.5. Encaminhar à Coordenadoria de Infraestrutura Predial, juntamente com as medições mensais:

- Terceiras vias das folhas preenchidas do Livro de Ordem referente ao mês trabalhado;
- Relação completa de funcionários da contratada lotados na obra naquele mês;
- Relatório quanto à ocorrência ou não de acidente de trabalho. Em caso de ocorrência de acidente, o relatório deverá discriminar nome do funcionário acidentado, sexo, idade, cargo, local de trabalho, data, horário e local da ocorrência;
- Cópia da CAT (comunicação de acidente de trabalho) emitida para o INSS, em caso de ocorrência de acidente de trabalho;



- Controle de Transporte de Resíduos – CTR, referente às caçambas retiradas no mês trabalhado;
- Certificados de capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança do trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de 2 horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme Resolução nº98/2012 do CSJT.

PARTE CIVIL

1. PAREDES INTERNAS DE MÁRMORE

- 1.1. Retirada e reinstalação de letras-caixa e placas instaladas nas áreas que serão afetadas pela obra;
- 1.2. Remoção das placas de mármore trincadas e demarcadas;
- 1.3. Tratamento de trincas e falhas em estruturas de concreto.

2. REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE MÁRMORE

- 2.1. Fornecimento e assentamento de novas pedras de mármore travertino bege bahia, espessura de 2cm, bisotadas nas bordas (2mm), polidas e com cavidades estucadas, assentadas com argamassa de cimento colante para assentamento de mármore/granito.

Notas:

1. Prever espaçamento de 2mm de rejunte entre as pedras
2. O assentamento com a cola especial deverá manter perfeita planeza com as pedras já assentadas.

3. FURAÇÃO E PARAFUSAMENTO DAS PEÇAS DE MÁRMORE

- 3.1. Furações de todas as pedras existentes, novas e do substrato, para posterior fixação com porca e barra roscada (2 fixações para as pedras maiores e 1 fixação para as pedras da escada e menores). As furações deverão ser executadas da seguinte forma:
 - 3.1.1. Execução de pré furos (sem impacto, broca diamantada) com diâmetro de 6mm, perfurando toda a placa até atingir o emboço, para servir como guia para os furos definitivos.
 - 3.1.2. Execução dos furos definitivos (sem impacto, broca diamantada) com diâmetro de 8mm, perfurando toda a placa até atingir o emboço.
 - 3.1.3. Perfuração da argamassa de emboço com broca de widia, diâmetro de 8mm com profundidade aproximada de 100mm, contado desde a superfície do mármore;
 - 3.1.4. Execução de furo (sem impacto, broca diamantada) nas placas com diâmetro de 15mm e profundidade 8mm, atingindo, com isso a região central da placa
- 3.2. Aplicação manual por injeção com aplicador de adesivo epóxi tixotrópico em toda a cavidade formada do furo na base do item 3.1.3, referência Compound Adesivo da Otto Baumgart, ou de propriedades comprovadamente similares ou superiores.



3.3. Colocação da barra rosqueada de aço inoxidável 304, com diâmetro 1/4", profundidade de 100mm, já previamente ancoradas numa extremidade com as porcas de aço inoxidável 304, com diâmetro 1/4", empurrando de forma que se garanta a penetração da barra no furo em toda a sua profundidade

Notas: ☐

1) ☐ Limpeza do furo a seco com ar comprimido, não se permitindo a presença de qualquer umidade no interior do furo.

2) Executar a limpeza imediata do excesso de adesivo epóxi que transborda do furo quando da colocação da barra rosqueada, por meio da utilização de álcool isopropílico.

3) Realizar aperto cuidados ajustando a porca no nicho da pedra após 24hs, ou do tempo de cura do adesivo.

3.4. Preencher o furo e parafuso do nicho com massa epoxi para estucamento apropriada, no tom do mármore travertino.

3.5. Executar o rejuntamento de todas as pedras, com argamassa própria para rejunte e tonalidade similar ao travertino.

3.6. Efetuar a limpeza e revitalização de todas as fachadas de pedra.

A limpeza deverá ser efetuada com água e limpador especial para mármore, de forma a não prejudicar ou afetar as características naturais do material. Na revitalização deverá ser empregado produto hidrofugante apropriado

Notas:

1. Antes da execução dos serviços, deverá ser apresentado a esta Coordenadoria mostruário de cores para escolha da tonalidade para o estucamento e rejunte.

2. Antes dos estucamentos(item 3.4), proteger o entorno dos furos com fitas crepes, de forma a proteger as superfícies adjacentes da massa epoxi.

4. Limpeza Geral da Obra

1. Limpeza geral da obra, com remoção de todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas, acessórios e de todo o entulho, para fora da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, inclusive cuidadosamente varridos os seus acessos. Deverá ser dada especial atenção aos vidros e esquadrias que deverão ficar totalmente limpos, sem qualquer respingo ou mancha de massa;

Nota: *Deverão ser retirados diariamente do local da obra, todo e qualquer material restante, tais como entulhos, detritos etc., bem como os determinados pela fiscalização, devidamente ensacados, sem qualquer ônus para a contratante, devendo ser removidos para fora do prédio, de acordo com as exigências da municipalidade. Deverá ser estudado local para colocação de caçambas, em conjunto com os técnicos da contratante.*

ANEXO A.I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO – PG-102/2017

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região,

Que sou detentor de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta de preços e execução dos serviços, conforme exigência do Edital e condições especificadas na Especificação do Objeto, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

_____, ____/____/____
Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ

Responsável pela empresa



ANEXO A.II

TERMO DE GARANTIA DO FORNECEDOR – PG-102/2017

OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra para fixação das placas de revestimento em mármore das paredes do 22º ao 24º andar do Edifício Sede deste Tribunal, com substituição das placas trincadas.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, compromete-se a prestar garantia durante o prazo mínimo de **05 (cinco) anos** contados da data do recebimento definitivo dos materiais fornecidos e serviços executados ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

A garantia deverá ser prestada em caso de necessidade de reparos/substituições durante este período, a Contratada disporá de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por e-mail, para prestar atendimento, ou seja, manifestar-se quanto ao problema identificado, propondo implementação de solução a ser aprovado pela Administração e terá um prazo de **10 (dez) dias úteis** para solucionar o problema, salvo situações devidamente justificadas e de alta complexidade. Em caso de inexecução total, será aplicada multa no valor de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato, com registro no SICAF.

A multa pelo descumprimento da garantia deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento da notificação, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, apresentando o respectivo comprovante, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

São Paulo, ____ de ____ de 2017.

(carimbo)
(assinatura do representante legal com firma reconhecida em Cartório)
(empresa)

Obs.1: Este Termo de Garantia deverá ser entregue no ato de assinatura do contrato, conforme item 13.2.4 do instrumento convocatório.



ANEXO A.III

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

A fórmula proposta pelo TRT 2ª Região foi:		
BDI= $(1/(1-imp)) \times (1+Adm) \times (1+Def) \times (1+Ris) \times (1+LB) - 1$		
Onde:		
Imp=	Impostos e taxas incidentes sobre faturamento	
Adm=	Despesas Administração Central	
Def=	Despesas financeiras e seguros	
Ris=	Riscos e imprevistos	
LB=	Lucro Bruto	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
A-1	Administração central	%
	Total grupo A	%
GRUPO B	LUCRO	
B-1	Lucro bruto	%
	Total grupo B	%
GRUPO C	IMPOSTOS	
C-1	PIS	%
C-2	COFINS	%
C-3	ISSQN	%
C-4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	%
	Total grupo C	%
GRUPO D	DIVERSOS	
D-1	Despesas financeiras e seguros	%
D-2	Riscos e imprevistos	%
	Total grupo D	%
	TOTAL DESTE BDI.....	%



ANEXO A.IV

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA

MENSALISTA/HORISTA			
		Data:	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO		%
GRUPO A			
A1	INSS		
A2	SESI		
A3	SENAI		
A4	INCRA		
A5	SEBRAE		
A6	Salário Educação		
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho		
A8	FGTS		
A9	SECONCI		
A	Total de Encargos Sociais Básicos		
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado		
B2	Feriados		
B3	Auxílio-Enfermidade		
B4	13º Salário		
B5	Licença Paternidade		
B6	Faltas Justificadas		
B7	Dias de Chuvas		
B8	Auxílio Acidentes de Trabalho		
B9	Férias Gozadas		
B10	Salário Maternidade		
B	Total de Encargos Sociais que recebem incidências de A		
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado		
C2	Aviso Prévio Trabalhado		
C3	Férias Indenizadas		
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		
C5	Indenização Adicional		
C	Total de Encargos Sociais que não recebem incidências globais de A		
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B		
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
D	Total das Taxas incidências e reincidências		
* GRUPO E			
E1			
E1	Total dos Encargos Sociais Complementares		
	TOTAL (A + B + C + D + E)		

* Ao preencher as planilhas do BDI e dos Encargos Sociais e Trabalhistas o licitante deverá considerar os percentuais por ele efetivamente pagos a título de tributos [Contribuição Previdenciária Patronal - INSS, PIS, COFINS, ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")], atendendo-se ao disposto na legislação referente à desoneração da folha de pagamento (conforme item 7.1.2 do edital).



ANEXO A.V

CARTA DE PREPOSTO

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, vem indicar o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____, como **preposto titular** e o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____ como **preposto substituto**, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

(Assinatura do Representante legal com firma reconhecida em Cartório)

(Assinatura do Preposto com firma reconhecida em Cartório)

(Assinatura do Preposto substituto com firma reconhecida em Cartório)

Obs.1: Esta Carta de Preposto deverá ser entregue junto ao Contrato assinado, conforme item 13.2.3 do instrumento convocatório.



ANEXO A.VI

CRONOGRAMA

(ARQUIVO EM pdf)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico n.º 102/2017

ANEXO B
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
(ARQUIVO EM .pdf)



ANEXO C

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO N° 102/2017 - CONTRATO CCL-CT N° ____/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO** E A EMPRESA _____ PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA FIXAÇÃO DAS PLACAS DE REVESTIMENTO EM MÁRMORE DAS PAREDES DO 22º AO 24º ANDAR DO EDIFÍCIO SEDE DESTE TRIBUNAL, COM SUBSTITUIÇÃO DAS PLACAS TRINCADAS.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, C.N.P.J. n° 03.241.738/0001-39, com sede na Rua da Consolação n.º 1.272, São Paulo/SP, representado neste ato por seu Desembargador Presidente, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a _____ C.N.P.J. n.º _____, com sede _____, por seu representante legal no final qualificado, doravante designada meramente **CONTRATADA**, na presença de duas testemunhas, no final identificadas e assinadas, celebram o presente Contrato, em conformidade com o resultado do Processo **PROAD n° 17681/2017 e do PREGÃO n.º 102/2017**, devidamente homologado nos autos do referido processo, fundamentado na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005 e Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como legislação aplicável, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **fornecimento de material e mão de obra para fixação das placas de revestimento em mármore das paredes do 22º ao 24º andar do Edifício Sede deste Tribunal, com substituição das placas trincadas**, localizado na Rua da Consolação, nº 1272, São Paulo/SP, CEP 01302-906, de acordo com as exigências deste instrumento e demais disposições do Pregão n.º 102/2017 e em seus Anexos, bem como da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, documentos estes cujas disposições ficam fazendo parte integrante do presente, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Manter as condições de habilitação apresentadas no procedimento licitatório durante toda a execução deste Contrato;
2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;



3. Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente, conforme exigido no art. 12, inc. VI e VII, da Lei nº 8.666/93 e do art. 1º da Lei nº 4.150/62;
4. Assumir integral responsabilidade pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;
5. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados, instruindo-os a tratar com urbanidade e respeito todas as pessoas presentes nas dependências do **CONTRATANTE** e de suas unidades, onde prestar serviço;
6. Manter a disciplina no local dos serviços, adotando medidas que previnam ou reprimam, de forma eficaz, condutas prejudiciais à adequada execução contratual, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;
7. Fornecer pessoal capacitado para a atividade, devidamente uniformizado, com seu logotipo, crachá de identificação e ferramenta apropriada ao serviço a ser executado, o qual deverá seguir as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
8. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
9. Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;
10. Observar a Resolução nº 98, de 20/04/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que exige a capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, apresentando ao **CONTRATANTE**, mensalmente, os respectivos certificados de capacitação;
11. Cumprir rigorosa e integralmente o que dispõe o Anexo A do Edital - Especificação do Objeto.

Parágrafo Único: A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, conforme § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, que deverá vir acompanhada de atualização do cronograma físico financeiro de acordo com o pedido.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

1. Assegurar o livre acesso das pessoas credenciadas pela **CONTRATADA** aos locais onde serão executados os serviços, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.



2. Fiscalizar os serviços prestados;
3. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO

A responsabilidade técnica dos serviços prestados caberá ao(à) Sr(a) _____, habilitado(a) em Engenharia _____ registrado(a) no CREA com o n.º _____.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e findará na data do último pagamento devido.

CLÁUSULA SEXTA: DA DURAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de início dos serviços é de 20 (vinte) dias contados da data da reunião inicial com a empresa contratada, que se dará em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato. Após o início das obras, o prazo total para a conclusão será de 3 (três) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

Os prazos inicialmente previstos relativos à execução do objeto poderão sofrer prorrogação, nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, mantidas as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação para retirada do contrato assinado pelas partes, o comprovante de garantia, em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro: A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando o **CONTRATANTE** autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Segundo: Utilizada a garantia, a **CONTRATADA** fica obrigada a integralizá-la no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: O valor da garantia somente será liberado à **CONTRATADA** após a expedição do “Termo de Recebimento Definitivo” ou por ocasião da rescisão antecipada deste contrato, desde que não possua obrigação inadimplida com o **CONTRATANTE** e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deverá, sempre que necessário, revalidar a data de vencimento da garantia e integralizar o valor decorrente de eventuais acréscimos, assegurando a fiel execução contratual.



Parágrafo Quinto: Em caso de fiança bancária, deverão constar no instrumento os seguintes requisitos:

a) prazo de validade correspondente ao período do início da vigência do contrato até o recebimento definitivo do objeto;

b) expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos no art. 827 do Código Civil.

Parágrafo Sexto: Não será aceita fiança bancária que não atenda aos requisitos estabelecidos no parágrafo anterior.

Parágrafo Sétimo: Em se tratando de seguro-garantia, a apólice deverá indicar:

a) o prazo de validade correspondente ao período do início da vigência do contrato até o recebimento definitivo do objeto;

b) que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, até o valor da garantia fixado na apólice.

Parágrafo Oitavo: Em se tratando de caução em dinheiro, a **CONTRATADA** deverá informar até o último dia útil de cada mês, à Coordenadoria de Contratos, o valor depositado atualizado junto à instituição financeira, sob pena da incidência das penalidades contidas neste instrumento

Parágrafo Nono: Não será aceita apólice contendo cláusulas contrárias aos interesses do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA: DO PREÇO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução dos serviços a quantia total de R\$ _____ (_____), fixa e irrevogável durante todo o prazo de vigência contratual, já incluídas nesse preço as despesas com fretes, seguros, impostos e quaisquer outras incidentes sobre as operações da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DEZ: DO RECEBIMENTO

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

- **Provisoriamente**, com a comunicação formal, da empresa, de conclusão da obra, e na data da última medição;

- **Definitivamente**, após 10 (dez) dias de observação.

Parágrafo Único: Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

CLÁUSULA ONZE: DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados após medições mensais, em até 5 (cinco) dias úteis, mediante o recebimento da respectiva Nota Fiscal Eletrônica certificada pela Fiscalização do **CONTRATANTE**,



com exceção do último pagamento, que será realizado após decorridos os prazos estabelecidos na cláusula anterior deste contrato.

Parágrafo Primeiro: Quando do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar sua Regularidade Fiscal Federal no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, FGTS, INSS e CNDT). Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de pagamento e o contratado será notificado para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

Parágrafo Segundo: O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Parágrafo Terceiro: O **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste Contrato.

Parágrafo Quarto: Sobre o valor faturado, será retido na fonte o correspondente ao Imposto sobre a Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, com as alterações. (MANTER ESTA REDAÇÃO)

Parágrafo Quinto: As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional, receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012.

Parágrafo Sexto: A empresa optante pelo regime do Simples Nacional deverá encaminhar, anexa à primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação da manutenção de sua situação jurídica, a declaração constante do Anexo IV daquela Instrução Normativa, em duas vias, assinadas pelo representante legal.

Parágrafo Sétimo: Caso a **CONTRATADA**, optante pelo Simples Nacional, não apresente a declaração indicada na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012 ou a envie em desacordo com o seu Anexo IV, sofrerá retenção na fonte do correspondente ao Imposto sobre a Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e contribuição para o PIS/PASEP, conforme o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, com as alterações e demais encargos legais.

Parágrafo Oitavo: Sob pena de aplicação das penalidades e incidência dos encargos legais, a microempresa ou empresa de pequeno porte, optante ou não pelo SIMPLES NACIONAL deverá, em caso de alteração desta condição, comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Nono: Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente Ordem Bancária em favor da **CONTRATADA**.



Parágrafo Dez: Quando legalmente exigido, o **CONTRATANTE** fará a retenção na fonte e o respectivo recolhimento de outros tributos e contribuições.

Parágrafo Onze: Por ocasião das medições, deverão ser entregues os documentos listados no edital, no item 6.5 do Anexo A (Serviços a Executar), sem prejuízo da documentação legal necessária ao pagamento.

CLÁUSULA DOZE: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e a gestão serão realizadas com o acompanhamento do presente Contrato e das eventuais penalidades e serão exercidas pelo **CONTRATANTE** por Servidores designados por Portaria da Diretoria Geral da Administração, nominando-o e a seu substituto, a qual será juntada ao processo quando da sua publicação.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização encaminhará as ocorrências e informará a gravidade das infrações à Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações para o processamento das penalidades.

Parágrafo Segundo: Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização do **CONTRATANTE** poderá suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas (usuários, funcionários ou transeuntes), equipamentos, patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros.

Parágrafo Quarto: A suspensão dos serviços, motivada por condição de insegurança, na qual se verifique a inobservância, pela **CONTRATADA**, das normas vigentes e demais disposições do presente Contrato, não a eximirá da incidência de multas por atraso e demais penalidades previstas neste Contrato e no instrumento convocatório.

CLÁUSULA TREZE: DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste contrato, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, a unidade fiscalizadora informará a gravidade da infração, sugerindo a aplicação à **CONTRATADA**, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, das seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de até:

b.1) 0,001% (um milésimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso no cumprimento das cláusulas contratuais que envolvam a observância de prazos, exceto para as ocorrências verificadas nas alíneas "b2" a "b.9" desta cláusula. Após o prazo de 15 (quinze) dias de atraso, sem motivo justificado, este contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE**, ser rescindido e aplicada cumulativamente a multa rescisória;



b.2) 1 % (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor previsto para o mês 1 do cronograma, por atrasar o início da execução dos serviços propriamente ditos (mês 1 do cronograma), desrespeitando prazo estabelecido contratualmente;

b.3) 0,01 % (um centésimo por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, por atrasar a entrega da(s) ART(s);

b.4) 0,1% (um décimo por cento), por dia de suspensão, sobre o valor do contrato, por suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;

b.5) 0,001% (um milésimo por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, por deixar de atender solicitação do fiscal da Administração;

b.6) 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato, por atrasar, por mais de 10 dias, o prazo de entrega do cronograma ao dia nos 10 (dez) primeiros dias do mês, do 11º ao 20º (décimo primeiro ao vigésimo) dia, a multa será de 0,5% (meio por cento) ao dia, do 20º dia em diante será de 1% (um por cento) ao dia;

b.7) 0,01 % (um centésimo por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, por deixar de indicar preposto, conforme determinado em contrato;

b.8) 0,01 % (um centésimo por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, por deixar de apresentar o PCMSO e PPRA;

b.9) 0,01% (um centésimo por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, por deixar de prestar garantia contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo contratual;

c) Multa de até:

c.1) 0,5% (meio por cento), por ocorrência, sobre o valor da respectiva medição, por encaminhar nota fiscal desacompanhada das demais documentações solicitadas no Anexo A, por ocasião das medições;

c.2) 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, por fato que importe inexecução não relacionada a descumprimento de prazos ou que não enseje rescisão deste contrato;

d) Multa rescisória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, a que ficará obrigada a **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do contrato, conforme teor do inciso II do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, além da anulação do saldo de empenho;

e) O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Primeiro: A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com a União poderá ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente à de multa.



Parágrafo Segundo: As multas previstas nesta cláusula poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura a **CONTRATADA** tenha direito.

Parágrafo Terceiro: Caso inexistentes pagamentos, a **CONTRATADA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante de pagamento ao **CONTRATANTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

Parágrafo Quarto: As multas poderão, também, ser descontadas da garantia contratual. Se esta for insuficiente, além de sua perda, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, comprovando o recolhimento ao **CONTRATANTE**, na forma do parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUATORZE: DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nas situações previstas no artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Único: Ocorrendo a rescisão de que trata o caput desta cláusula, não caberá à **CONTRATADA** qualquer indenização, salvo se motivada pelas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sem culpa da **CONTRATADA**, sendo-lhe devido apenas o pagamento relativo ao serviço realmente executado e desde que aprovado pelo **CONTRATANTE**, deduzidas as multas que eventualmente tenham sido aplicadas.

CLÁUSULA QUINZE: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das penalidades previstas, bem como da rescisão unilateral deste contrato por ato do **CONTRATANTE**, caberá recurso, sem caráter suspensivo, nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93 com suas alterações.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo **CONTRATANTE** ou por mútuo consentimento das partes, caracterizadas as hipóteses previstas na Lei n.º 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

Parágrafo Único: O Termo Aditivo deverá ser devolvido à Coordenadoria de Contratos devidamente assinado por representante legal da **CONTRATADA**, com firma reconhecida em Cartório, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o envio do documento, sob pena de incidência das penalidades dispostas neste instrumento.

CLÁUSULA DEZESSETE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico n.º 102/2017

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 13.414, de 10/01/2017, publicada no D.O.U. em 11/01/2017, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035, natureza de despesa 3.3.9.0.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA e, nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DEZOITO: DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

O presente contrato, que será registrado e arquivado pelo **CONTRATANTE**, terá seu extrato publicado na Imprensa Oficial, conforme o *caput* do artigo 60 e parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZENOVE: DO FORO

As partes contratantes elegem a Seção Judiciária de São Paulo da Justiça Federal como o foro competente para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo as partes contratantes, assinam o presente instrumento de contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, de de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO D

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão n.º 102/2017 - Eletrônico

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.:

Fax:

Cel.

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

OPTANTE DO SIMPLES: () SIM () NÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para fixação das placas de revestimento em mármore das paredes do 22º ao 24º andar do Edifício Sede deste Tribunal, com substituição das placas trincadas.

SERVIÇO	PREÇO TOTAL (R\$)
Fornecimento de material e mão de obra para fixação das placas de revestimento em mármore das paredes do 22º ao 24º andar do Edifício Sede deste Tribunal, com substituição das placas trincadas.	

Deverá ser informada a marca e modelo de todos os materiais destacados na planilha que serão empregados nos serviços a serem executados. Não será admitida a indicação de mais de uma marca ou um modelo para cada item.

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

A proposta deverá ser enviada, devidamente preenchida, juntamente à Planilha de Custos e Formação de Preço (Anexo B)

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

(Representante da Empresa)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

(ARQUIVO EM xls)



ANEXO E

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ, DE 09/08/2012

_____(nome), _____RG, inscrito no CPF sob nº _____, declaro, ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sob as penas da lei, que não incido nas vedações dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça, pois:

() A - não fui condenado por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado em nenhum dos seguintes casos: I) improbidade administrativa; II) crimes dolosos, não considerados de menor potencial ofensivo, contra a administração pública, a incolumidade pública e a fé pública; hediondos; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; de redução de pessoa à condição análoga à de escravo; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

() B - não sofri perda de cargo ou emprego público;

() C - não fui excluído do exercício de profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

() D - não tive contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;

() E - verifica-se a ocorrência de uma ou mais das hipóteses previstas no parágrafo único do art. 3º dessa mesma Resolução.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura



ANEXO F

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005

Pregão nº 102/2017 - Eletrônico

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr (a) _____, Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

(Representante da Empresa)